

1968 e depois: os estudantes e a condição proletária

Ruy Braga

Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e diretor do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic).

Álvaro Bianchi

Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e diretor do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx).

1968 e depois: os estudantes e a condição proletária

Resumo: Com muita frequência, é possível encontrar atualmente análises sobre o Maio de 68 que advogam a idéia de que as lutas estudantis do final dos anos 1960 teriam, na verdade, preparado a sociedade francesa para o advento do neo-liberalismo. Argumentamos nesse artigo que o verdadeiro sentido dessas análises consiste em recalcar o trauma representado pela aliança operário-estudantil na maior greve geral da história européia. Assim, analisamos os vínculos entre as greves operárias e a agitação estudantil buscando compreender as razões profundas da convergência de dois mundos, aparentemente, tão distantes quanto as fábricas e as universidades, em um mesmo movimento de luta e contestação.

Palavras-chave: Maio de 1968, trabalho, juventude, socialismo

Uma efeméride ligada ao principal acontecimento social da França no pós-Segunda Guerra Mundial não poderia passar sem controvérsia... E coube a ninguém menos do que Nicolas Sarkozy reavivar durante seu último comício eleitoral em 29 de abril de 2007 a polêmica ao exortar os franceses a “liquidar a herança de Maio de 1968”. O ataque do então candidato e atual presidente francês ao Maio de 1968 é emblemático: coroou uma campanha centrada no slogan “Trabalhar mais para ganhar mais!” – uma celebração do ultraindividualismo renovado pela generalização das políticas neoliberais de produção num momento de aumento da concorrência entre os próprios trabalhadores.

Evidentemente, não é de hoje que o Maio de 1968 é atacado. Os acontecimentos daquele ano perderam intensidade na França com os acordos de Grenelle em maio, assinados pelo secretário de Estado, Jacques Chirac, e pelo representante da *Confédération Générale du Travail* (CGT), Georges Ségué; com a proibição das organizações revolucionárias mediante decreto governamental de 12 de junho; e com a esmagadora vitória eleitoral de De Gaulle nas eleições de 23 e 30 de junho. O movimento refluíu, mas ganhou novas vidas na miríade de ensaios, narrativas e biografias escritas a respeito (ver ROSS, 2002). O que o discurso de Sarkozy explicitou e a resposta dos intelectuais franceses no manifesto *Ce n'est toujours qu'un début...*¹ deixou clara é a existência de um combate no qual a história passou a ser um campo da luta política. Mas este não é um combate recen-

1 Ver o texto publicado neste número da revista *Outubro*.

te. Escrevendo dez anos após 1968, o escritor francês Guy Debord protestou:

O primeiro intuito da dominação espetacular era fazer sumir o conhecimento histórico geral; e, em primeiro lugar. Quase todas as informações e todos os comentários razoáveis sobre o passado recente. Uma evidência tão flagrante não precisa ser explicada. O espetáculo organiza com habilidade a ignorância do que acontece e, logo a seguir, o esquecimento do que, apesar de tudo conseguiu ser conhecido. O mais importante é o mais oculto. Há vinte anos nada é tão dissimulado com mentiras dirigidas quanto a história de maio de 1968. No entanto, lições úteis foram tiradas de alguns estudos desmistificados a respeito dessas jornadas e suas origens; mas é segredo de Estado. (DEBORD, 1997, p. 176-177.)

O espetáculo que organiza a ignorância tem entre seus sujeitos, principalmente, aqueles que, tendo apoiado ou participado do movimento à época, capitularam à vaga conservadora dos 1970-1980 e formaram o que Serge Audier (2008) chamou de “pensamento anti-1968 plural”. Hervé Hamon e Patrick Rotman (1987-1988), Henri Weber (1998), André e Raphaël Glucksmann (2008), Laurent Joffrin (2008)... Muitos são aqueles que, disputando um certo espólio “sessentaotista”, sentiram a necessidade de “esterilizar” os acontecimentos.

Não raro, esse grupo de semi-arrepentidos obtém êxito nessa empreitada ao enclausurar a rebelião estudantil no terreno quase anódino da crítica dos hábitos e valores sociais, como em um livro recém lançado, no qual André Glucksmann e seu filho tentam, pateticamente, demonstrar que Sarkozy é, também, um herdeiro dos valores de 1968 (ver GLUCKSMANN, GLUCKSMANN, 2008). Ou Daniel Cohn Bendit, o ícone dos revoltosos de Paris, que em 1968 receitava o esquerdismo como remédio para curar a senilidade política do partido comunista, e agora ensina em seu

último livro: o mundo de hoje não é mais aquele, esqueçam 1968! (COHN-BENDIT, 1968 e 2008).

Conforme esse grupo, o Maio de 1968 teria se configurado numa tentativa romântica de jovens idealistas de classe média de modernizar as relações sociais que então vigoravam na sociedade francesa por meio da contestação da autoridade paterna coroada pelo Estado. Falando em 1998, quando Lionel Jospin do Partido Socialista Francês era primeiro-ministro, Henri Weber, ele próprio senador da República pelo mesmo partido, destacava as três grandes aspirações de 1968: “uma grande aspiração democrática”, “uma aspiração hedonista” e “uma aspiração romântica e messiânica”, ou seja, revolucionária (WEBER, 1998a, p. 22. Ver tb. 1998). Para o senador, as duas primeiras aspirações, a democrática e a hedonista, teriam modificado a sociedade contemporânea de modo duradouro. A terceira, entretanto, havia naufragado, mas Weber não estava disposto a resgatá-la.²

O argumento implícito nesse discurso é que, no limite, as demandas presentes no Maio de 1968 teriam aberto as portas da sociedade francesa para a modernização capitalista dos anos 1980-1990 e cujo coroamento foi o próprio neoliberalismo – primeiro com os sucessivos governos de François Mitterrand e depois com a unificação européia.³ Glucksmann, como vimos, vai além, afir-

2 Ao contrário de Weber, Daniel Bensaïd, que também militava em 1968 nas Jeunesses Communistes Révolutionnaires (JCR) e escreveu com ele um livro nesse mesmo ano, afirmou: “Se não houvesse senão uma chance sobre cem mil, uma ínfima probabilidade, eu apostaria mesmo assim. (...) Eu tenho a paixão das causas difíceis, quase perdidas, quase desesperadas. É toda a diferença entre a falésia, confortavelmente sentada, contente de seu lugar, arrogante, condescendente consigo mesma, e a onda, que refluí, se retira, sem esquecer jamais de voltar à carga. Tu sabes quem, entre a falésia e a onda do mar, tem a última palavra?” (BENSAÏD, 1989, p. 28. Ver BENSAÏD, WEBER, 1968).

3 Uma referência importante do debate acerca da influência do Maio de 1968 na modernização capitalista francesa é o estudo de Luc Boltanski e Ève Chiapello intitulado *Le nouvel esprit du capitalisme* (1999). Nessa obra, os sociólogos franceses demonstram como parte da crítica – muito presente no movimento operário em 1968 – dos

mando que essas aspirações só se realizariam com a chegada de Sarkozy ao poder!

Trata-se, evidentemente, de um ardil cujo sentido consiste em recalcar o trauma representado pela aliança operário-estudantil na maior greve geral da história europeia que se seguiu ao 10 de Maio – a chamada “Noite das Barricadas”.⁴ Entre 14 e 27 de maio, a França foi sacudida por uma irresistível greve geral que paralisou e desabasteceu o país. Muito embora não seja possível efetuar uma medida exata da dimensão do movimento, entre os meses de maio e junho teve lugar na França a maior e mais generalizada mobilização dos trabalhadores da história desse país (ver SHORTER e TILLY, 1985, p. 213).

A avaliação do tamanho da greve dá conta dos combates que se travam no terreno da história. Os dados oficiais a seu respeito foram sumariamente suprimidos dos boletins estatísticos. Tanto o *Annuaire statistique de la France*, como o *Bulletin mensuel de statistiques sociales*, não registram dados nas colunas de maio e junho de 1968! (*Idem.*) A história oficial não podia reconhecer o alcance do movimento; optou por apagá-lo. Uma estimativa conservadora, baseada em informações recolhidas na imprensa e na qual as greves em pequenas empresas estão claramente subestimadas, esti-

trabalhadores à rígida hierarquia fordista do trabalho foi habilmente incorporada pelas empresas reestruturadas em rede a partir da década de 1980 por meio da combinação da valorização gerencial da iniciativa dos trabalhadores com a autonomia relativa no trabalho – ainda que às custas da segurança material e desgaste psicológico. Segundo os autores, um “novo espírito do capitalismo” triunfou graças à formidável recuperação da crítica “sessentoitista” à alienação da vida cotidiana produzida pela aliança do capital com a burocracia do Estado.

4 Outra curiosa tentativa de desvalorizar a luta operária consiste em reduzir um movimento de luta coletiva a um nome, uma figura, ou mesmo uma foto... Isto é, reduzir a luta de milhões de operários e milhares de estudantes a... Daniel Cohn-Bendit – “Dani Le Rouge”, líder filo-anarquista do “Movimento 22 de Março” e que foi uma das mais destacadas lideranças estudantis do Maio de 1968. Lembremos o título de um artigo bem-humorado: “Maio de 1968 – 10 milhões de grevistas, um único sobrevivente: Daniel Cohn-Bendit?” (ver PERAIS, FLOURY, 2008).

pula em 5.196.300 o número de grevistas (ADAM, 1970, p. 115). O estudo revela, entretanto, a força da greve nas grandes indústrias. No setor automobilístico, a greve atingiu 94,8% dos trabalhadores; na indústria têxtil, 94,2%; e nos setores de combustíveis, minérios, gás, eletricidade e água, 91,8% (*idem*, p. 116). O número geralmente reconhecido pelo próprio movimento era o de dez milhões de grevistas (ver BENSAÏD, WEBER, 1968, p. 159).

Os fortes vínculos entre as greves operárias e a agitação estudantil são evidentes. Também nas fábricas os militantes mais jovens assumiram a linha de frente e as manifestações de mútua solidariedade foram extremamente comuns, embora enfrentassem a resistência das direções sindicais tradicionais.⁵ Ou, segundo os termos propostos por uma pesquisadora na época, a entrada em cena dos jovens militantes serviu para fazer com que a ação sindical transitasse de uma dimensão “subordinada” ao aparelho sindical para

5 Um dos mais importantes documentos desse período acerca da aliança operário-estudantil é, seguramente, o pequeno volume intitulado: *Notre arme c'est la grève* (1968), redigido por um Coletivo de militantes do comitê de mobilização que participou da greve da planta da Renault-Cléon de 15 de maio a 17 de junho de 1968. Trata-se de uma das mais longas e importantes greves com ocupação de fábrica desse período – talvez, da história da França. Nesse livro, encontraremos um conjunto de documentos redigidos no calor dos acontecimentos e acompanharemos a formação de uma vigorosa aliança entre o “Poder Estudantil” – professores e estudantes de Rouen, capital da Normandia, em greve por tempo indeterminado ocupando os Liceus e as Faculdades da região – e o “Poder Operário” – a greve da Renault. Os laços de solidariedade atando estudantes e operários – a “unidade dos comitês de mobilização” – são descritos por meio das declarações políticas dos diferentes comitês e podemos acompanhar dia após dia tanto o questionamento por parte dos jovens operários da Renault do poder sindical estabelecido (“o fim de um reino” como diziam à época), quanto acompanhar as manobras das centrais sindicais oficiais – CGT e CFDT – para, após os primeiros dias da ocupação, colocar fim ao movimento grevista. Cabe destacar a descrição presente no livro das péssimas condições de trabalho dos jovens operários da Renault em Cléon em contraste com o número de greves ocorridas na fábrica: antes do 13 de maio de 1968, Cléon não havia conhecido uma única greve de 24 horas! A greve da Renault-Cléon permite desnudar boa parte dos profundos conflitos latentes existentes entre os jovens operários e os militantes sindicais, especialmente da CGT – central mais presente na fábrica.

uma situação “autônoma” na qual o espaço fabril se transformou em um campo de experimentação e reflexão coletivas (ver ERBÈS-SEGUIN, 1970).

O propósito deste artigo consiste em retomar o debate sobre a relação dos estudantes com os operários no Maio de 1968 à luz de algumas transformações do espaço da universidade tecnocrática no modelo de desenvolvimento fordista. Começemos, pois, do início...

O compromisso fordista como “oposição de compadres”

Após o final da Segunda Guerra Mundial e durante aproximadamente 25 anos (1948-1973), o mundo capitalista ocidental, tendo os Estados Unidos à frente, viveu um período marcado por forte crescimento econômico, com baixa inflação e expansão do consumo de massas, conhecido tradicionalmente pelo nome de “fordismo”. Ele representou um momento da história capitalista no qual um certo mecanismo de acumulação baseado na organização e no rígido controle “taylorista”⁶ do trabalho estava associado a aumentos salariais que garantiram o acesso de uma parte

⁶ Essa noção vem de Frederick Winslow Taylor (1856-1915), o criador do modelo conhecido como “taylorismo”. O ponto de partida do sistema Taylor consiste em “quebrar o freio operário”, ou seja, superar as práticas operárias de resistência à exploração. Para tanto o sistema busca articular: 1). A análise científica do trabalho, ou seja, o estudo dos tempos e movimentos e a posterior definição do “tempo-padrão” para cada atividade. O objetivo do estudo dos tempos consiste em fixar o ritmo de trabalho “cientificamente” por meio da redução do trabalho a tempos elementares predeterminados; 2). A seleção e o treinamento científicos que consiste em escolher o “trabalhador certo para a tarefa certa”, ou seja, treinar o trabalhador conforme as regras de trabalho definidas pela gerência, eliminando a “profissão”; e 3). O planejamento e controle do trabalho como prerrogativa exclusiva da gerência. Essa dimensão do sistema Taylor objetiva a criação de uma nova estrutura administrativa na fábrica. Para Linhart: “O sistema Taylor tem como função essencial dar à direção capitalista do processo de trabalho os meios de se apropriar de todos os conhecimentos práticos, até então, monopolizados, de fato, pelos operários” (1983, p. 79).

da classe trabalhadora aos bens de consumo duráveis – tais como, carro, casa própria, televisão, geladeira – e à expansão dos serviços públicos gratuitos – saúde, educação (ver AGLIETTA, 1997 e BRAGA, 2003).

Os ganhos de produtividade que eram alcançados nas fábricas serviam de base para os aumentos salariais dos trabalhadores e ajudaram a garantir o desenvolvimento dos serviços públicos. Um certo surto de progresso material relacionado ao “compromisso fordista”⁷ foi criado e o progresso econômico apareceu para as diferentes sociedades nacionais como algo quase “natural”. Aparentemente, o capitalismo ocidental havia superado as crises de sobreacumulação relativa de capital que o assombraram no passado.

As bases sociais gerais do compromisso fordista eram comuns tanto às economias dos países europeus ocidentais mais importantes, quanto aos Estados Unidos, embora diferissem em relação ao alcance de parte significativa dos direitos sociais associados ao trabalho assalariado. A diversidade das relações entre produção e Estados nacionais engendrou a formação de várias formas de regimes fabris – despóticos ou hegemônicos – e políticas de produção cujas dinâmicas acomodavam-se às diferentes trajetórias nacionais das lutas operárias (ver, para mais detalhes, BURAWOY, 1990).

Duas observações se fazem aqui necessárias. Em primeiro lugar, os países periféricos viviam uma situação radicalmente diferente. O desenvolvimento das forças produtivas que teve lugar nos países de capitalismo avançado fez-se à custa do incremento da superexploração da força de trabalho nas economias dependentes (ver MARINI, 2000). Em segundo lugar, mesmo nas economias centrais setores importantes da força de trabalho, notadamente formados por mulheres, negros e imigrantes, permaneceram à

7 Pacto social envolvendo governo, sindicatos e empresas cujo objetivo consistia em “estabilizar” a acumulação de capital por meio dos ganhos de produtividade e dos estímulos ao consumo de massa.

margem do “compromisso fordista”. Apesar disso, é inegável que o fordismo representou um período de crescimento econômico com relativa redistribuição de riqueza social que beneficiou parcelas dos trabalhadores de vários países, especialmente, a fração masculina, nacional, branca e sindicalizada da classe trabalhadora.

A despeito das diferenças existentes entre os países é possível dizer que após a Segunda Guerra Mundial os instrumentos de negociação relacionados à transferência de parte dos ganhos de produtividade aos salários representaram a principal via de pacificação e conseqüente estabilização do conflito de classes nas sociedades capitalistas avançadas. A soma da elevação das condições de vida da massa trabalhadora com o reconhecimento da classe operária como um agente legítimo do jogo político foi essencial para a relativa integração econômica e política dos grupos operários, assim como suas direções sindicais ao Estado burguês.

Na Europa ocidental, uma autêntica “oposição de compadres” organizada em torno da política reformista dos partidos comunistas e socialistas oficiais com o conseqüente bloqueio do desenvolvimento do movimento operário e social consolidou-se como uma espécie de “padrão”: representantes dos PCs oficiais e das centrais sindicais a eles associadas eram freqüentemente encontrados entre os mais ativos membros da burocracia de Estado. Quando em maio de 1945 cidades argelinas foram bombardeadas após as manifestações contra o domínio francês em Sétif, resultando em mais de 40 mil mortos, Charles Tillon, membro do comitê político do Partido Comunista Francês (PCF), era o ministro da Aeronáutica.⁸

Evidentemente, fatos como esse causavam profundo mal-estar nas fileiras socialistas e comunistas, e não apenas entre os jovens. Mesmo velhos combatentes da resistência ficavam incomodados com essa política. Uma intervenção do conhecido helenista

8 Sobre a política do PCF na Argélia ver a ampla pesquisa de Sivan (1976).

Jean-Pierre Vernant, ex-combatente da resistência ao nazismo e então militante comunista, pode servir de exemplo. Em um artigo publicado em 1959 na revista *Voies nouvelles* – e assinado com o pseudônimo de Jean Jérôme –, Vernant discutiu um documento de fevereiro de 1958 da *Fédération de France du Front de Libération Nationale* (FLN) intitulado *Le PCF et la Révolution algérienne*. Nesse documento era denunciada violentamente a política do PCF, acusado de não se comportar de modo conforme a seus princípios. Vernant apontava que a crítica não era toda justa, uma vez que se referia a uma política de dois anos antes que supostamente já havia sido corrigida pelo partido que desde 1957 se pronunciava abertamente pelo direito de independência da Argélia.

Mas Vernant justificava a desconfiança da FLN com o PCF: “(...) as retificações da política argelina do partido não foram explicitadas; elas não se apoiaram sobre uma reflexão crítica do passado” (VERNANT, 1996, p. 546). O reconhecimento e a denúncia dos erros cometidos, continuava o historiador, seria a condição prévia de uma mudança política eficaz. Uma política da verdade se impunha, verdade essa que Vernant procurava tirar da sombra com a paciência de um historiador para depois de expô-la concluir: “Tais são os elementos do dossiê concernente às críticas dirigidas pela *Fédération de France du FLN* ao PCF. Poderá se julgar se elas permitem aos dirigentes do partido considerar que têm a consciência perfeitamente tranqüila” (*idem*, 1996, p. 553.)

Apesar da resistência que se manifestava mesmo no interior dos partidos comunistas e socialistas, expressada nas críticas de Vernant e de tantos outros, a política da pacificação social levada a cabo por esses partidos e pelos sindicatos operários, especialmente as centrais sindicais, garantiu uma relativa integração de parcelas da classe operária na sociedade de consumo de massas. Contraditoriamente ela também proporcionou aos jovens militantes operários e estudantes uma experiência política profundamente ator-

mentadora. Afinal, qual o sentido de ser socialista se isto implicava ser condescendente com o massacre de milhares de argelinos?”

Naturalmente, trata-se de uma questão muito mais sensível para jovens militantes operários e estudantes. Ocorre que as condições sociais inerentes à acumulação fordista promoveram a necessidade crescente de força de trabalho especializada no plano tecnocientífico tanto na indústria quanto no aparelho de Estado burguês.¹⁰ Além disso, o sucesso econômico das empresas fordistas associado ao incremento dos serviços públicos estatais e semi-estatais fizeram com que as classes médias também progredissem numericamente, acabando por estimular a procura por novos estudos superiores.

“Quem são os estudantes rebeldes?”

Em resumo, por meio da introdução massiva de trabalho intelectual na indústria e da diversificação dos serviços públicos estatais e semi-estatais, os diferentes modelos de desenvolvimento nacionais fordistas estimularam a aceleração da inovação tecnológica

9 Nas palavras de Mandel: “Movimentos sociais de tal dimensão apenas são compreensíveis em função de descontentamentos sociais profundos, ou seja, de contradições profundas que se acumulam durante um longo espaço de tempo. O fato de terem estalado a partir da revolta estudantil exprime sobretudo a presença de forças não menos poderosas que puderam comprimir, sufocar, retardar o aparecimento à luz do dia dessas mesmas contradições durante um longo período. (...) O movimento estudantil espontâneo desempenhou um papel de revelador e de detonador de um profundo mal-estar social que estruturas políticas inadequadas – e acima de tudo as do movimento operário – tinham escondido durante muito tempo, ou seja, que tinham procurado canalizar para reformas anódinas, que não correspondiam de forma nenhuma à gravidade das contradições sociais” (1979, p. 87).

10 Evidentemente, afirmar que as condições sociais da acumulação fordista demandavam uma crescente força de trabalho especializada não significa que, ao mesmo tempo, o fordismo prescindisse de trabalho desqualificado. Tampouco que a qualificação exigida atingisse todos os trabalhadores de forma indiscriminada. Na verdade, em geral apenas a fração branca, nacional, masculina e sindicalizada da classe operária francesa participava desse movimento rumo às qualificações.

que redundou em uma ampla integração do trabalho complexo no processo de produção. Como desdobramento, os grupos universitários estadunidenses e europeus ocidentais foram largamente ampliados, em um sistema universitário em franca expansão.¹¹

Nesse sentido, a “explosão” universitária funcionou como uma espécie de ferramenta do processo mais geral de transformação dos grupos intelectuais em trabalhadores assalariados aumentando, conseqüentemente, a massa e a qualificação do proletariado tradicional em países de capitalismo avançado. Intimamente associado a essa mudança no perfil do proletariado, é possível identificar nesse período em que vigorou o regime fordista de acumulação de capital, aquilo que Mandel chamou de “proletarização do trabalho intelectual”:

Um processo de proletarização do trabalho intelectual está, pois, em marcha. A proletarização não significa essencialmente (e em certos casos de modo nenhum) um consumo limitado ou um baixo nível de vida, mas uma alienação crescente, a perda de acesso aos meios de trabalho e de controle das condições de trabalho, uma subordinação crescente do trabalhador a exigências que não têm mais nenhuma ligação com as suas capacidades ou as suas necessidades próprias (1979, p. 43).

Conforme o argumento do marxista belgo-alemão, a base do processo de proletarização do trabalho intelectual radicaria na concorrência inter-monopolista pelo rendimento tecnológico que suporia, por sua vez, um crescimento colossal das despesas de pesquisa e de desenvolvimento (P&D). Os superlucros monopolistas baseados nos rendimentos tecnológicos passariam, pois,

11 “A explosão universitária a que assistimos ainda hoje foi, pois, conseqüência de uma procura fortemente acrescida e de uma oferta não menos fortemente aumentada de mão-de-obra intelectual” (MANDEL, 1979, p. 42).

a ocupar, dadas as condições gerais da concorrência intermonopolista, a primeira posição dos superlucros (ver MANDEL, 1982). Parte da resposta fordista às renovadas necessidades do processo de acumulação do capital repousa, por um lado, na escolarização massificada da juventude e, por outro, na ampliação do horizonte social para a própria classe operária tendo em vista o aumento da demanda por técnicos e profissionais especializados.

Antes de prosseguirmos, parece-nos importante diferenciar a interpretação centrada na *proletarização do trabalho intelectual* – especialmente, o trabalho complexo – daquelas teorias que despontaram ao longo dos anos 1960 e início dos anos 1970 anunciando o advento da sociedade pós-industrial e da nova classe operária formada por técnicos e engenheiros. De fato, ao longo dos anos 1960, vários foram os analistas, conservadores ou radicais, que identificaram o advento de uma mudança estrutural das sociedades industriais em direção à sociedade pós-industrial organizada em torno do trabalho cognitivo e dos serviços a partir de tendências relacionadas ao: a) declínio do setor de produção de bens e empregos agrícolas; b) redução do índice de crescimento futuro da manufatura; c) aumento dos trabalhadores empregados pelo governo; e d) elevação dos componentes do trabalho mais especializado em países de capitalismo avançado, ou mesmo em países pertencentes ao antigo bloco soviético (ver, entre outros, BELL, 1977).

Lidando com tendências parciais relativas ao declínio do trabalho semi-especializado e ao aumento do trabalho profissional e técnico (professores, cientistas e engenheiros), assim como ao desenvolvimento dos sindicatos vinculados às atividades oficiais (sindicalismo público), esses autores identificaram uma alteração radical da classe trabalhadora tradicional apontando para a era da sociedade de empregados em escritórios e laboratórios. Para um desses autores, Daniel Bell:

De acordo com a natureza da sociedade pós-industrial, o governo transforma-se no maior de todos os empregadores. (...). A multiplicação de funções oficiais cria a necessidade de novas fontes de rendas. (...). Somente no que respeita aos novos produtos de tecnologia intensiva podem os Estados Unidos encontrar um equilíbrio comercial favorável com o resto do mundo (1977, p. 181-183).

O principal aspecto a ser realçado a respeito da composição dessa suposta nova força de trabalho “pós-industrial” seria o aumento do nível de educação formal com a dominância do conhecimento cognitivo sobre o esforço muscular. O crescimento contínuo de setores improdutivos da sociedade capitalista, por sua vez, faria com que a saúde e a educação se transformassem nas principais fontes de empregos, reforçando a tendência de conjunto.

Um dos mais representativos expoentes dessa tese na França foi, sem dúvidas, Serge Mallet (1969). Seu livro dedicado à “nova classe operária”, publicado em 1963, logo se transformaria em uma referência obrigatória no debate político e acadêmico francês.¹² De acordo com Serge Mallet, os engenheiros e os técnicos qualificados teriam sido içados à condição de vanguarda da classe operária e, conseqüentemente, da emancipação socialista pela Revolução

12 Não nos esqueçamos que Serge Mallet foi uma das mais importantes lideranças do Partido Socialista Unificado (PSU) francês. Formado pela fusão do antigo Partido Socialista Autônomo (PSA) com a Union de la Gauche Socialiste (UGS) e um grupo de militantes que rompeu com o PCF em 1956 – após o XX Congresso do PCUS –, o PSU, apesar de discreto eleitoralmente – Michel Rocard, candidato presidencial do PSU obteve modestos 3,61% dos votos na eleição de 1969 –, foi um ativo apoiador do movimento estudantil em Maio de 1968, além de contar com importantes lideranças políticas e intelectuais nacionais, como o próprio Rocard – futuro primeiro-ministro francês (1988-1991) sob a presidência de F. Mitterrand. Dois de seus militantes estiveram entre as principais lideranças de 1968, Alain Geismar, secretario geral do Syndicat National de L'Enseignement Supérieur (Snesup), e Jacques Sauvageot, vice-presidente da Union Nationale des Étudiants de France (Unef). O partido foi dissolvido em 1989, depois de muitos de seus principais dirigentes terem aderido ao Partido Socialista (para a história dos primeiros anos do PSU ver HEURGON, 1994).

Científico-Tecnológica (RCT) baseada nas técnicas de automação industrial. A centralidade produtiva dos engenheiros associada à permanência da alienação capitalista do trabalho faria com que os técnicos e engenheiros se tornassem a vanguarda política do proletariado.¹³ Como diagnóstico final, tais teses parecem convergir para a conclusão segundo a qual a fábrica, com o desenvolvimento da RCT, teria deixado de constituir o arquétipo da sociedade capitalista, cedendo essa posição para o laboratório científico. Isto é, a centralidade econômica da fábrica e a centralidade política da classe operária tradicional seriam severamente questionadas pela RCT.

Evidentemente, não compartilhamos dessa perspectiva. Ainda que impossível desenvolver esse ponto a contento caberia dizer que nossa interpretação do processo de proletarização do trabalho intelectual aponta, na verdade, para o encontro dos grupos estudiantis com os operários tradicionais no interior de uma condição proletária renovada pela concorrência intermonopolista. Por outro lado, as idéias de Mallet parecem desprezar a existência de contingentes de mão-de-obra desqualificada presente mesmo em indústrias de capital intensivo. A esse respeito vale lembrar que em 1974 na “fortaleza operária” da Renault-Billancourt, 10.868 eram trabalhadores imigrantes, quase 32% do total de trabalhadores, pertencentes a 60 nacionalidades diferentes, mas em sua maioria – 51,5% – magrebinos. Para estes, a primeira etapa da qualificação profissional era a... alfabetização (ver RIVET, 1976).

Isso posto, torna-se mais fácil entender como em um intervalo relativamente curto de tempo de aproximadamente 25 anos, a universidade tradicional foi substituída por verdadeiras fábricas de produção de conhecimentos científicos, tendo como marca

¹³ Posição equivalente foi sustentada nesse período por André Gorz para quem a nova “estratégia operária” sob o “neocapitalismo” consistiria em resistir à alienação do trabalho por meio do deslocamento das lutas reivindicativas em direção do controle sobre o processo de trabalho – da “quantidade para a qualidade” (ver GORZ, 1968).

mais visível um aumento colossal do número de estudantes.¹⁴ No caso francês, cabe uma rápida referência ao instigante estudo de Stéphane Beaud e Michel Pialoux (1999) dedicado às rupturas e descontinuidades na história das relações de classe nos últimos quinze anos, orquestradas à custa do grupo operário.

Beaud e Pialoux nos lembram que ser operário hoje significa estar condenado a permanecer em um universo desvalorizado. E essa privação do antigo vocabulário classista traz consigo o declínio da crença na linguagem política: para um bom número de jovens, o discurso do apelo à “classe” parece estar completamente ultrapassado. Trata-se de uma espécie de negativo do Maio de 1968. Partindo de uma questão teórica mais ampla a propósito do modo de existência e de construção do grupo operário, Beaud e Pialoux desenvolvem o tema das transformações do modo de reprodução desse grupo pela emergência das lógicas de fragmentação e desestruturação de sua condição.

Conforme a fórmula provocativa consagrada pelos autores, os operários “desapareceram da paisagem social”: “Em suma, os operários existem, mas não os vemos mais. Por quê?” (BEAUD, PIALOUX, 1999, p. 15). Nos últimos quinze anos a “questão operária” transformou-se em objeto de tal repressão que os tornou “invisíveis”. De forças sociais, os operários tornaram-se objetos de compaixão ou de indiferença. Nesse contexto, os autores elegeram

14 Nos Estados Unidos, por exemplo, de 1964 a 1967 o número de diplomas superiores pulou de 635.300 para 856.000 – isto é, um aumento de 34% em apenas 3 anos. Essa tendência de crescimento do número de diplomas superiores foi confirmada nas décadas seguintes. No caso francês, por exemplo, o número de estudantes que alcançavam o baccalauréat – diploma de ensino secundário – em 1968 era de 15%. Já em 2000, esse número havia saltado para 80% (ver Beaud, 2002). A “crise universitária” era percebida claramente pelos atores do movimento, como se pode ver em Bensaid e Weber (1968, p. 28-30). Para uma análise sociológica da crise do sistema universitário francês em 1968, ver Boudon (1969). Para o quadro geral da evolução da estrutura do ensino, especialmente universitário, em sociedades de capitalismo avançado até 1973, ver Bell (1977).

como objeto de reflexão o próprio sistema de solidariedades práticas e de defesa coletiva dos operários da fábrica da Peugeot de Souchaux-Montbéliard – campo da etnografia empreendida pelos autores.

As entrevistas realizadas permitiram-lhes perceber o peso específico da perda de confiança – não raro, traduzida em dificuldades de permanecer militando, sindical e politicamente, no interior da fábrica – nos velhos modelos de resistência associados à desaparecimento da esperança comunista que acompanhou os eventos posteriores à queda do Muro de Berlim. Por meio da análise das lógicas de fragmentação e desestruturação da condição proletária, os sociólogos franceses lançaram um instigante olhar sobre a política educacional de massificação do ensino superior levada a cabo pelos sucessivos governos franceses e apontaram para uma conclusão peremptória: a massificação do ensino humanístico – o Liceu – seguida da ampliação das vagas universitárias corresponde a um fator-chave da explicação acerca da desvalorização do grupo operário.

Trata-se, antes de tudo, de uma espécie de ruptura simbólica que passa a opor dois mundos diferentes, porém, coetâneos: por uma lado, temos o mundo da velha classe trabalhadora fordista amplamente desajustada frente às transformações da empresa, de outro um desacordo não menos profundo entre a trajetória escolar que inclina o jovem filho do operário para as profissões gerenciais e cujas expectativas de progresso individual são sistematicamente frustradas por sua inserção subordinada ao novo universo produtivo.¹⁵

15 Baseado em estudos empíricos, Raymond Boudon (1969, p. 744) projetava que em 1975 apenas um de cada três diplomados conseguiria emprego. As remotas chances de empregar-se eram, entretanto, maiores para os egressos das grandes Écoles, onde a presença de filhos de operários ou dos estratos inferiores das classes médias era muito pequena.

Sinteticamente, podemos dizer que a explosão universitária experimentada durante o período em que viveu o modelo de desenvolvimento fordista foi fruto da combinação do alargamento simultâneo da oferta e da procura de força de trabalho intelectualmente qualificado com mudanças sociais relacionadas aos esforços individualizados por promoção social – tradicional nas classes médias, mas inusual entre as fileiras proletárias.

Ou seja, com o avanço da escolarização, seguido da massificação do ensino universitário e da proletarização do trabalho intelectual, torna-se patente que o argumento utilizado pelos dirigentes dos PCs oficiais contra os estudantes rebeldes era essencialmente enganador. Tomados de surpresa, os sindicatos burocratizados e o movimento comunista oficial – já bastante abalados pelas denúncias dos “crimes de Stálin” ocorridas durante o XX Congresso do PCUS em 1956 e pela sua atitude perante a independência da Argélia¹⁶ – respondiam à pergunta, “afinal, quem são esses estudantes que se rebelam?”, assim: “Os estudantes de hoje são nossos futuros patrões! Não levemos a sério o que estão dizendo!”

Aqui cabe uma observação: o capital simbólico acumulado pelos diferentes PCs nacionais, especialmente, os europeus ocidentais, logo após o fim da Segunda Guerra era verdadeiramente enorme e serviu para consolidar a posição hegemônica do stalinismo sobre a classe trabalhadora de diversos países, especialmente, França

16 Quando em 27 de outubro de 1960, a Union Nationale des Étudiants de France (Unef) convocou uma manifestação na Mutualité de solidariedade ao povo argelino, o PCF e a Union des Étudiants Communistes (UEC) qualificaram essa iniciativa de “provocação esquerdista”. Mais de 15 mil estudantes compareceram, entretanto, à “provocação” (ver BENSÁID, WEBER, 1968, p. 33). A partir daí o movimento estudantil se radicalizou rapidamente, construindo um Front Etudiant Antifasciste (FEA) como organização de autodefesa contra a escalada militarista da Organisation Armée Secrète (OAS) que começaram na Argélia mas prontamente se difundiram pela França. Apesar de reunir rapidamente centenas de estudantes, a FEA encontrou forte resistência por parte do PCF e mesmo da Unef. Para Bensaïd e Weber (idem), a recusa da guerra colonial esteve na raiz do processo de radicalização da juventude francesa e precipitou a crise da UEC.

e Itália. Isso se deveu obviamente ao fato de que os partidos comunistas lutaram vivamente contra o flagelo nazi-fascista, tendo em alguns lugares sido essenciais para a Libertação. Contudo, a denúncia dos crimes de Stálin parece ter abalado esse prestígio. Na verdade, no início da década de 1960, os partidos ainda contavam com uma posição relativamente sólida – traduzida em termos eleitorais ou sindicais – perante a classe operária centro-ocidental, mas o mesmo não podia ser dito em relação à juventude estudantil e, em menor medida, à operária.¹⁷

Em 1968 o divórcio entre o PCF e a juventude se consumou. O partido liderado por George Marchais reagiu violentamente aos estudantes, opondo-se a suas manifestações. Quando, finalmente, o partido atacou a manifestação de 24 de março, 36 intelectuais filiados a ele manifestaram publicamente sua oposição a essa decisão. Os signatários foram convidados a se reunir com membros do *bureau* político do Comitê Central, dentre eles o medíocre Roger Garaudy, que antes de se converter ao islamismo exercia a função de polícia ideológica no PCF, e Pierre Juquin, o responsável por retirar o controle da *Union des Étudiants Communistes* (UEC) das mãos da esquerda dois anos antes. Travou-se, então um diálogo de surdos. Segundo Vernant os dirigentes do PCF “não entenderam aquilo que lhes foi dito”. Os intelectuais haviam exposto “um conjunto de fatos precisos e significativos sobre a fisionomia do movimento, sua amplitude e seu porte, as possibilidades que se abriam a um partido revolucionário” (VERNANT, 1996, p. 571).

Mas o PCF era esse partido revolucionário? De acordo com Pierre Juquin a questão fundamental era a melhor preparação das eleições. Vernant concluía consternado: “Tem-se a impressão de que para eles no fundo nada aconteceu. A crise de maio de 68 não

17 Aliás, na França, dois dos principais setores estudantis politicamente organizados do Maio de 1968 eram oriundos de rupturas da juventude comunista: os maoístas e os trotskistas (ver BENSÁID, WEBER, 1968, cap. 3).

é explicada, analisada, ela é desaparecida.” (*Idem*, p. 571-572.) Para o PCF mais importante do que os eventos de 1968 era não assustar seu novo aliado a *Fédération de la Gauche Démocrate et Socialiste* (FGDS), recém criada por François Mitterrand, e preservar as bases do acordo do Programa Comum com vistas a uma vitória nas próximas eleições, que, como se sabe, não ocorreu. No ano seguinte, Vernant se desligou do PCF depois de cinquenta anos de militância comunista.

Assim, enquanto os estudantes se manifestavam nas ruas e os trabalhadores ocupavam as fábricas, a direção do PCF negociava a partir do 25 de maio os “acordos de Grenelle” com representantes do Estado e do patronato francês.¹⁸ Tais “acordos” redundaram em um aumento dos salários para todos os trabalhadores de 7% – mais 3% em setembro –, seguido por um aumento do salário mínimo em torno de 25%. Além disso, o patronato aceitou reconhecer os comitês de fábrica e reduzir a porcentagem das despesas de saúde não reembolsadas pela seguridade social de 30% para 25%. Muito pouco para a maior greve da história de um país acostumado a grandes greves.

Por sua vez, o PC da Itália que a primeira vista pareceria uma exceção devido a seu distanciamento da União Soviética a partir de meados da década de 1950 manteve com os revoltosos de 1968 uma relação a princípio dúbia e depois tensa. Em 1968 o secretário geral do partido Luigi Longo, apostando no potencial eleitoral da juventude chegou a reunir-se com uma das lideranças do movimento, Oreste Scalzone. Mas Giorgio Amendola, um dos expoentes da ala direita do partido prontamente protestou considerando esse movimento estranho à tradição comunista (ver ABSE, 1985, p. 15).

¹⁸ Para uma detalhada narrativa dos acontecimentos durante as negociações que redundaram nos acordos de Grenelle, ver Seidman (1993).

A ruptura do PCI com o movimento estudantil, entretanto, não tardou, efetivando-se no começo da década de 1970. No episódio mais dramático das relações do PCI com o movimento estudantil depois de 1968, o secretário nacional da *Confederazione Generale Italiana del Lavoro* (CGIL), o comunista Luciano Lama, irrompeu com quatro centenas de seguranças na Universidade de Roma ocupada pelos estudantes, em 17 de fevereiro de 1977. Lama exigia a desocupação da Universidade pelos estudantes, mas não foi por eles ouvido. Seguiram-se choques entre grupos de estudantes e os seguranças de Lama, até que a polícia interveio no campus colocando um fim à ocupação (*idem*, p. 29. Ver tb. GINSBORG, 1998 e BALESTRINI, MORONI, 2005).

Na verdade, mesmo se considerarmos países como Estados Unidos e França, largamente beneficiados pelos frutos materiais do modelo de desenvolvimento dos anos 1950-1960, ainda assim seria perfeitamente possível prever que os trabalhadores iriam se revoltar contra as bases do “progresso” fordista, isto é, a intensificação do trabalho, a aceleração das cadências, a limitação da liberdade de greve, a crescente alienação enquanto produtores e consumidores... A surpresa que abalou a chamada “velha esquerda” ficou naturalmente por conta do novo protagonismo estudantil profundamente traspasado pela principal luta no mundo na década de 1960: *a luta contra a intervenção dos Estados Unidos no Vietnã*.¹⁹

Considerações finais

Um ideal de igualitarismo esteve presente em boa parte dos projetos utópicos. Thomas Morus, Tommaso Campanella, Charles

¹⁹ O movimento contra a guerra do Vietnã esteve na origem das novas vanguardas estudantis na Alemanha (ver DUTSCHKE, 1969, p. 73-89) e na França (ver BENSÁID, WEBER, 1968, p. 19-20).

Fourier, Gracchus Babeuf, dentre tantos outros fizeram da igualdade absoluta o ideal organizador de uma nova ordem social, a ilha de Utopia, a Cidade do Sol, os falanstérios, ou a *République des Egaux*. Esse ideal de igualitarismo está presente também em Karl Marx, para quem o critério de repartição na sociedade comunista estaria regido pelo princípio: “De cada qual segundo sua capacidade; a cada qual segundo suas necessidades”. O que há em comum nesses diferentes projetos é uma concepção igualitária que pressupõe a igual distribuição de riqueza e poder entre todos os membros da comunidade.

Esse princípio igualitário foi completamente subvertido pelo stalinismo. A Constituição soviética de 1936, a mesma que afirmava a realização do socialismo expunha o princípio que o caracterizava: “de cada um de acordo com sua capacidade, a cada um de acordo com seu trabalho”. Capacidades essas que eram aquilataadas de modo diferente pela burocracia soviética e remuneradas desproporcionalmente. Sobre a base da desigual distribuição do poder político e da separação entre governantes e governados reerguia-se a desigual distribuição de riquezas. Trotsky (2005) denunciou esse estranho “socialismo” no qual as desigualdades entre governantes e governados era reafirmada cotidianamente enquanto o aparelho estatal, ao invés de definhar, não fazia senão aumentar seu tamanho.

1968 trouxe novamente para a política o projeto político igualitarista. Vários autores destacaram a crítica das “hierarquias” que se fez presente nessa oportunidade e a influência implícita do “reformismo revolucionário” – principalmente da obra de Mallet e Gorz – na construção dessa crítica (ver p. ex. BERQUE, 1968, p. 8, 12, 23 e 30). A influência desses autores foi, entretanto, superestimada por muitos. Na Alemanha, onde eles eram virtualmente desconhecidos, teve lugar uma crítica simétrica ao “autoritarismo” assentada, esta sim explicitamente, nos estudos de Theodor Adorno (1964) sobre a personalidade autoritária e, depois, na crítica de

Herbert Marcuse (1964) ao homem unidimensional e à ideologia da sociedade industrial.²⁰

O que a oposição às hierarquias e ao autoritarismo tinham em comum era uma negação radical das assimetrias sociais, econômicas, políticas e culturais próprias do capitalismo contemporâneo. Sobre essa negação articulava-se um projeto igualitarista que tinha como ponto de partida uma crítica profunda: a) às desigualdades entre as nações impostas pela política colonial do imperialismo estadunidense e francês, que encontrou sua máxima expressão no movimento mundial contra a guerra do Vietnã, um dos componentes essenciais das mobilizações da juventude; b) às desigualdades políticas reproduzidas por meio das regras do jogo parlamentar, que encontrou sua expressão na recusa às formas de organização burocráticas simbolizadas pelos partidos comunistas e social-democráticos e pelos sindicatos tradicionais; c) às desigualdades geradas pela divisão do trabalho característica do fordismo, que encontrou sua expressão prática na onda de greves operárias e nas experiências de autogestão e controle operário; d) às desigualdades familiares e geracionais próprias do patriarcado, que se expressou por meio do movimento feminista e homossexual e da revolução sexual.

O que unificava essas diferentes críticas era um projeto igualitarista. Não se tratava apenas da negação dessas assimetrias, mas também da afirmação de novas práticas sociais e políticas com vistas a superação delas. O ressurgimento do internacionalismo; o desenvolvimento de formas de organização política baseadas em práticas democráticas e na ação direta; as experiências de autogestão e de controle operário; o amor livre e as políticas sexuais fazem parte da afirmação de um mesmo projeto igualitarista.

20 Ver os textos reunidos em BERGMANN et al. (1968), principalmente as contribuições de Rudi Dutschke e Bernd Rebehl.

Nesses termos, a aliança operário-estudantil teve como principal fonte a afirmação de uma comum política igualitarista que permitia articular as diferentes críticas às desigualdades. Essas críticas trouxeram à tona as contradições sociais latentes e manifestações de descontentamento social com os partidos operários tradicionais puderam emergir e questionar a relação da direção operária tradicional com o Estado burguês. Ou seja, a onda de revoltas estudantis e operárias de 1968 deve ser compreendida à luz da universalização e esgotamento do compromisso fordista – e seu corolário político: o reformismo – que sustentou o modelo e desenvolvimento capitalista nas décadas de 1950 e 1960, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa ocidental. Mas, cuidado! Isto é segredo de Estado.

Referências bibliográficas

- ABSE, Tobias. Judging the PCI. *New Left Review*, n. 153, p. 5-40, 1985.
- ADAM, Gérard. Étude statistique des grèves de mai-juin 1968. *Revue française de science politique*, v. 20, n. 1, p. 105-119, 1970.
- ADORNO, Theodor W. et al.. *The authoritarian personality*. New York : J. Wiley, 1964, 2v.
- AGLIETTA, Michel. *Régulation et crises du capitalisme*. Paris: Odile Jacob, 1997.
- AUDIER Serge**. *La pensée anti-68: enquête sur les origines d'une restauration intellectuelle*. Paris, La Découverte, 2008.
- BALESTRINI, Nanni e MORONI, Primo. *L'orda d'oro (1968-1977): la grande ondata rivoluzionaria e creativa, politica ed esistenziale*. Milano: Feltrinelli, 2005.
- BEAUD, Stéphane e PIALOUX, Michel. *Retour sur la condition ouvrière: enquête aux usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard*. Paris, Fayard, 1999.
- BEAUD, Stéphane. *80% au bac... et après? Les enfants de la démocratisation scolaire*. Paris: La Découverte, 2002.

- BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BENSAÏD, Daniel e WEBER, Henri. *Mai 1968: une répétition générale*. Paris: Maspero, 1968.
- BENSAÏD, Daniel. *Moi, la Revolution*. Paris: Gallimard, 1989.
- BERGMANN, Uwe *et al.*. *La revolte des étudiants allemands*. Paris: Gallimard, 1968.
- BERQUE, Jacques. Mesa redonda: por que os estudantes? 1ª reunião realizada em 23 de maio. LEFEBVRE, Henri *et al.* *A irrupção: a revolta dos jovens na sociedade industrial, causas e efeitos*. São Paulo, Editora Documentos, 1968, p. 5-40.
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Galimard, 1999.
- BOUDON, Raymond. La crise universitaire française : essai de diagnostic sociologique. *Annales*, v. 24, n. 3, p. 738-764, 1969.
- BRAGA, Ruy. *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo: Xamã, 2003.
- BURAWOY, Michael. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 13, p. 29-50, 1990.
- COHN-BENDIT, Daniel. *Le gauchisme: remède a la maladie senile du communisme*. Paris: Seuil, 1968.
- COHN-BENDIT, Daniel. *Forget 68*. Paris: de l'Aube e France-Inter, 2008.
- COLLECTIF DE MILITANTS DU COMITÉ DE RENAULT-CLÉON. *Notre arme c'est la grève*. Paris: François Maspero, 1968.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DUTSCHKE, Rudi. *Ecrits politiques*. Paris: Christian Bourgois, 1968.
- ERBÈS-SEGUIN, Sabine. Relations entre travailleurs dans l'entreprise em grève: Le cas de mai-juin 1968. *Revue Française de Sociologie*, v. 11, n. 3, p. 339-350, 1970.
- GINSBORG, Paul. *Storia d Italia, 1943-1996: famiglia, societa, stato*. Torino: Einaudi, 1998.
- GLUCKSMANN, André e GLUCKSMANN, Raphaël. *Mai de 68 explicado a Nicolas Sarkozy*. São Paulo: Record, 2008.

- GORZ, André. *Estratégia operária e neocapitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- HEURGON, Marc. *Histoire du PSU*. Paris : la Découverte , 1994.
- JOFFRIN, Laurent. *Mai 68, une histoire du mouvement*. Paris: Points Histoire, 2008.
- MALLET, Serge. *La nueva condicion obrera*. Madri: Tecnos, 1969.
- LINHART, Robert. *Lenin, os camponeses, Taylor*. São Paulo: marco Zero, 1983.
- MANDEL, Ernest. *Os intelectuais, os estudantes e a luta de classes*. Lisboa: Antídoto, 1979.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo : Abril, 1982.
- MARCUSE, Herbert. *One dimensional man: studies in the ideology of advanced industrial society*. Boston: Beacon, 1964.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- PERAIS, Denis. e, FLOURY, Nadine. “Mai 68 - 10 millions de grévistes, un seul survivant : Daniel Cohn-Bendit?” *Action-Critique-Médias (Acrimed)*, 21 abr. 2008. Disponível em < <http://www.acrimed.org/article2878.html>>. Acessado em: 6 de mai. o de 2008.
- RIVET, Yvette. Une expérience de grande portée dans le mouvement ouvrier. *Langue française*, v. 29, n. 1, p. 17 – 27, 1976.
- ROTMAN, Patrick e HAMON, Hervé. *Génération*. Paris: Seuil, 1987-1988, 2v.
- SEIDMAN, Michael. Workers in a repressive society of seductions : Parisian metallurgists in May-June 1968 . *French Historical Studies*, v. 18, n. 1, p. 255-278, 1993.
- SIVAN, Emmanuel. *Communisme et nationalisme en Algérie : 1920-1962*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1976.
- TROTSKY, Leon. *A revolução traída: o que é e para onde vai a URSS*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Entre mythe et politique*. Paris: Seuil, 1996.
- WEBER, Henri. *Que reste-t-il de Mai 68?* Paris: Seuil, 1998.
- WEBER, Henri. *Rebeldes e contestadores*. 1968: Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998a, p. 21-26.